

# EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA em tempos de neoliberalismo

Zinara Marcet de Andrade Nascimento

A educação é uma prática social que sempre esteve presente no processo de humanização, fenômeno apontado por diversos intelectuais de renome da área a exemplo de Aníbal Ponce, Carlos Rodrigues Brandão, Mario Manacorda e muitos outros. O estudo dessa prática social evidencia que apesar do processo educacional existir desde época remota, sempre houve distintas formas de educar para a vida e para o trabalho. O mesmo estudo permite perceber que em geral as sociedades sempre prezaram o ato educativo e buscaram desenvolvê-lo.

Entretanto, nas últimas décadas a importância da educação ganhou destaque e é tema recorrente nos mais diversos fóruns sociais. Do ponto de vista do materialismo histórico<sup>1</sup>, pode-se afirmar que o vigente discurso hegemônico sobre a necessidade e a relevância da educação estão intimamente relacionados ao grau de desenvolvimento alcançado na composição das forças produtivas, que na atualidade se caracteriza pelo alto grau de sofisticação técnico-científica utilizado para ativar significativa parcela dos processos relativos à reprodução material da existência humana.

Diante desse intenso desenvolvimento técnico-científico, os aspectos educacionais passaram por substantivas mudanças, em especial após a possibilidade de inserção das chamadas “novas tecnologias”, resultantes da associação da microeletrônica à informática, dentre as quais estão as Tecnologias da Informação e Comunicação, as TICs. Sob esse cenário, o processo educacional foi fortemente influenciado, tanto no que diz respeito às viabilidades de acesso ao conhecimento universalmente produzido, como na conduta da prática pedagógica, com inúmeros recursos que podem facilitar em muito a vida de alunos e professores.

Neste contexto de possibilidades decorrentes do avanço técnico-científico aplicado à educação, destaca-se não apenas o revigoramento da Educação a Distância, mas a sua consagração. As estatísticas sobre o crescimento dessa modalidade de ensino, apontado adiante, indicam que ela tem sido imensamente utilizada, em

especial para o nível superior e a pós-graduação, com destaque para a formação de professores. Entretanto, urge destacar que nem sempre essa “possibilidade de melhorias e expansão do ensino” decorrente da aplicação do avanço técnico-científico no setor educacional é plena de positivities e que, apesar de toda a tecnologia disponível, os índices de avaliação continuam a indicar a péssima qualidade educacional brasileira.

É necessário, sobretudo, compreender que as questões, positivas ou negativas, que envolvem a educação e em especial a modalidade a distância, não são naturais ou espontâneas,

1 - Utiliza-se a expressão Materialismo Histórico, suprimindo o termo Dialético, por considerar que a referida expressão significa a análise do “movimento da sociedade com seus fenômenos contraditórios”, a partir da base material existente no decorrer do desenvolvimento da humanidade.

mas resultantes da organização do modo de produção sob a lógica do capital, forma social predominante do atual contexto histórico. Nesta perspectiva, a qualidade e o grau do ensino a distância só podem ser apreendidos quando relacionadas às reais condições de existência dos indivíduos em dada sociedade.

Por tais razões, compreender a EaD na atual fase de acumulação capitalista requer percebê-la e analisá-la dentro do cenário global da articulação mundial de forças, de acordo com a constante e insaciável valorização do capital.

### BREVE RETROSPECTIVA

A gênese da Educação a Distância é muito imprecisa, tanto na perspectiva universal, como na nacional. Há, pois, versões diversas sobre a sua origem, com autores que apontam seu início ainda na Antiguidade Clássica, ocasião em que a sociedade era escravocrata e apenas pessoas livres, pertencentes ao ápice da pirâmide social, tinham acesso à educação formal. Embora não se saiba com exatidão o início dessa modalidade de ensino, pode-se afirmar que, além de bastante antiga, sempre despertou interesse pela possibilidade de propiciar conhecimentos independentemente da presença física de um professor e da existência de uma estrutura específica, das instituições de ensino.

O estudo do desenvolvimento da EaD permite observar que ela atravessou fases distintas, mas ganhou “novas formas” a partir do final do século XX em virtude do avanço sem precedentes da ciência e sua aplicação em forças produtivas, com diversos e significativos reflexos na educação, pois também foi beneficiada pelos recursos da microeletrônica e da informática. Dentre esses avanços encontra-se a possibilidade do uso educativo das chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação, uma vez que, em tese, possibilitam resolver um antigo problema: vencer o binômio tempo/distância. Por disponibilizar os conteúdos em meios virtuais, o aluno pode tanto acessá-los nos momentos mais apropriados, sem o inconveniente da falta de tempo, bem



“  
QUESTÕES POSITIVAS OU NEGATIVAS QUE ENVOLVEM A  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NÃO SÃO NATURAIS OU  
ESPONTÂNEAS, MAS RESULTAM DA ORGANIZAÇÃO DO  
MODO DE PRODUÇÃO SOB A LÓGICA DO CAPITAL  
”

como vencer a barreira da distância que afasta e impede o contato entre professores e alunos e, como isso, dificulta a educação a contento da população e a qualificação da força de trabalho. Logo, as TICs consistem em valiosa ferramenta para a expansão e a popularização do ensino em praticamente todos os níveis.

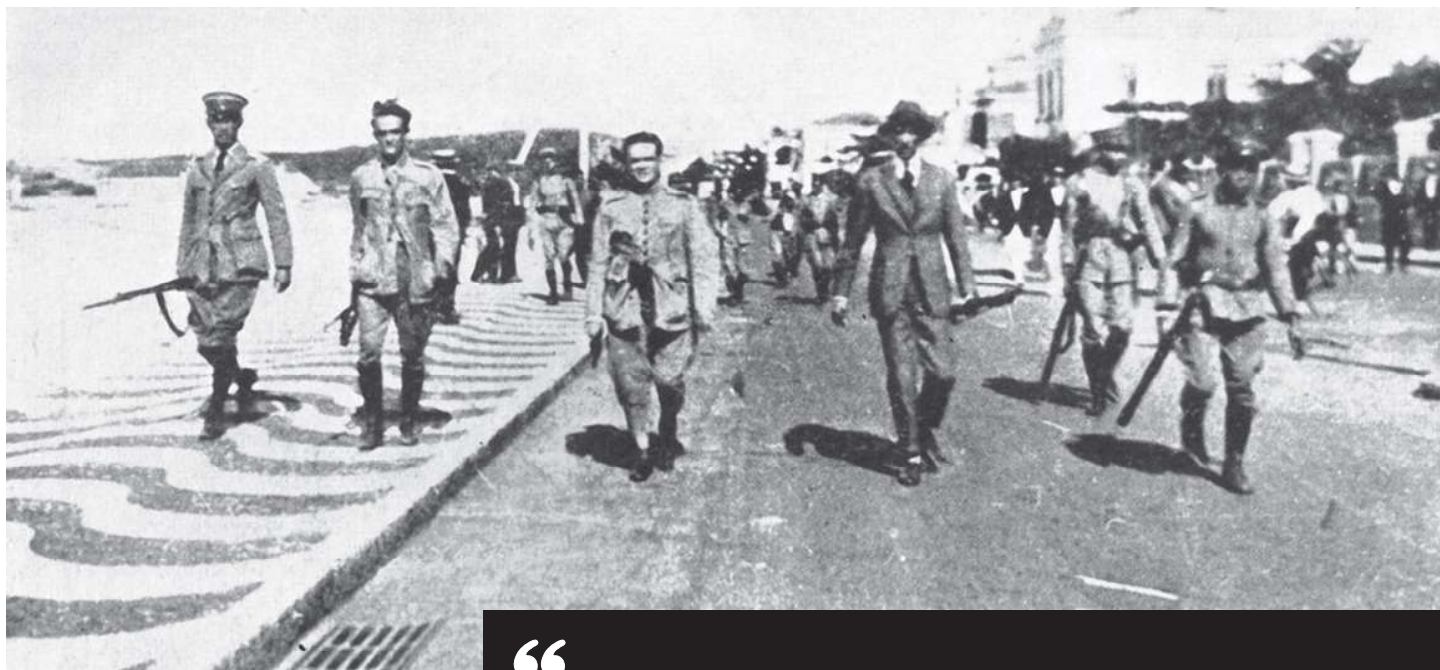
Entretanto, mesmo com todo o aparato tecnológico, existem dados que apontam a ineficiência do processo educacional do povo brasileiro.

Desta forma, pois, para entender os motivos pelos quais o avanço técnico-científico aplicado à educação não é condição suficiente para mudar a situação social do país, bem como compreender a pertinência da EaD, é

fundamental fazer um breve recuo no tempo para desvelar como e o porquê tal modalidade de ensino tornou-se tão pertinente na sociedade contemporânea.

No que diz respeito ao Brasil, a primeira questão a ser levantada nesse percurso histórico está em lembrar que, diferentemente da maioria dos países, o início da Educação a Distância brasileira não se “consolidou” pelo uso de correspondências, pois somado à falta de infra-estrutura para o envio e recebimento dessas até 1920, 75% da população era analfabeta<sup>2</sup>. Além disso, como aponta Kuenzer, o início da educação das massas no Brasil teve como objetivo principal “[...] educar, pelo trabalho, os órfãos, po-





bres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua”<sup>3</sup>, ou seja, dar-lhes um ofício para que não causassem maiores problemas sociais.

Segundo Pretti, a EaD no Brasil teve como marco decisivo o ano 1923 com programas de rádio que transmitiam cursos de línguas, literatura, radiotelegrafia, telefonia<sup>4</sup>. Na ocasião, o modelo econômico brasileiro ainda era o primário-exportador (1500 a 1930), a maior parte da população vivia no meio rural e sem acesso à escola, pois as culturas latifundiárias, quase nada mecanizadas, não exigiam sequer saber ler e escrever<sup>5</sup>.

Neste cenário, a educação era extremamente elitizada e os cursos oferecidos em 1923 pela Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro,



“ O MARCO DA EAD NA HISTÓRIA DO BRASIL OCORREU NUM CENÁRIO DE REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS QUE EXPRESSAVAM O DESEJO DE EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL E DESENCADEOU UM MOVIMENTO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL AUTÔNOMO E AUTOSSUSTENTADO ”

atingiam apenas uma pequena parcela da sociedade, pois além do analfabetismo, um rádio naquele momento era artefato de luxo, possível apenas para as famílias de maior poder aquisitivo.

Todavia, importa ter clareza que os cursos pelo rádio não surgiram ao acaso, mas fizeram parte da transição histórica por que passava a sociedade brasileira em decorrência da expressiva crise do esgotamento de crescimento da produção de bens primários destinados à exportação, em especial o café. O descontentamento com a situação socioeconômica de parte da população politizada e esclarecida, articulado ao sofrimento existencial da maior parte da população brasileira, que vivia em situação de pobreza, fez eclodir acontecimentos

marcantes com desdobramentos importantes para o futuro. Dentre os principais acontecimentos não se pode deixar de mencionar a Semana da Arte Moderna (fevereiro/1922), que buscava a emancipação cultural do Brasil; a fundação do Partido Comunista (março/1922), com o objetivo de iniciar a organização da classe operária brasileira – e que durou de forma legal apenas por quatro meses em virtude do Estado de Sítio decretado no mesmo ano –; a Revolta do Forte de Copacabana, também chamado de Movimento Tenentista (julho/1922), que visava inserir os militares na vida política e administrativa do país<sup>6</sup>.

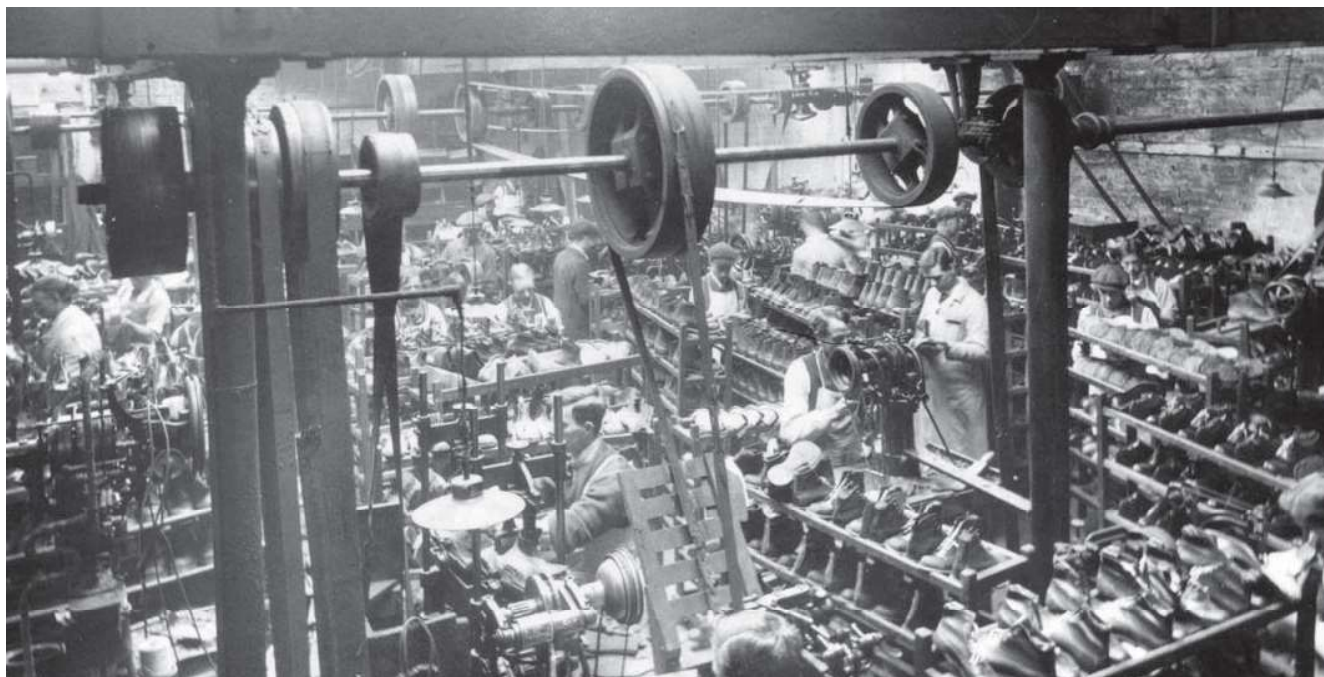
Logo, o marco da EaD na história do Brasil ocorreu num cenário de reivindicações políticas que expressavam o desejo de emancipação econô-

3 - KUENZER, 1999, p.88

4 - PRETTI, 1996

5 - Se em 1907 existiam no Brasil 3.258 estabelecimentos industriais, 150 mil operários e um capital de 666.000 contos de réis, e, 1920 estes números haviam aumentado para 13.336, 276.000 e 1.816.000 contos de réis, respectivamente” (RIBEIRO, 1978, p. 67)

6 - BRUM, 1987



“

**ASSIM, PARA A MASSA DE TRABALHADORES, QUE APENAS EXERCIAM ATIVIDADES ROTINEIRAS E REPETITIVAS, COM POUCA OU NENHUMA ESCOLARIZAÇÃO FORMAL, OS CURSOS TÉCNICOS SIGNIFICAVAM UMA POSSIBILIDADE DE AVANÇO PROFISSIONAL E PESSOAL, MESMO QUE FEITOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, NUM UNIVERSO DE MILHÕES DE ANALFABETOS**

”

mica, política e cultural e desencadeou um movimento em prol do desenvolvimento nacional autônomo e autossustentado. Era preciso criar indústrias para tirar o Brasil da condição de exportador de produtos primários e da total dependência de importação de bens duráveis. Essa medida exigiu a qualificação da força de trabalho existente a fim de vencer os limites da produção nacional e enfrentar a concorrência das mercadorias vindas do exterior.

O processo inicial de industrialização, mesmo que muito limitado, levou à ampliação da urbanização. Ainda, vender a força de trabalho

na cidade, agora assalariadamente, não era o mesmo que fazê-lo na lavoura. Muitos daqueles que migraram para as cidades tiveram que aprender a ler e escrever para se inserir no mercado de trabalho urbano. A alfabetização passou a ser necessária para a ocupação das melhores vagas de trabalho disponíveis. Assim, em prol das necessidades objetivas das indústrias emergentes, o número de instituições escolares aumentou, razão pela qual “[...] surgem e se estruturam os primeiros cursos técnicos”<sup>7</sup>. Houve, então, razões concretas para que a Educação a Distância prosperasse<sup>8</sup>.

As melhorias na infraestrutura nacional, decorrentes das necessidades do setor produtivo<sup>9</sup>, deram as condições para que em 1941 fosse criado o Instituto Universal, cujo método consistia em produzir material impresso e enviá-lo via correio como instrumento de qualificação profissional para a população alfabetizada. O referido instituto, além de pioneiro nesta modalidade de ensino, ainda está em vigor e oferece inúmeros cursos.

Contudo, segundo Pretti<sup>10</sup> foi somente a partir de 1960, após a aceleração e a diversificação do processo de industrialização<sup>11</sup>, que o ensino a distância ganhou relevância, ocasião

7 - MACHADO, 1989, p. 31

8 - As condições socioeconômicas ao longo da década de 20 obrigou os latifundiários cafeicultores a dividir o poder com a classe burguesa emergente. Uma dos resultados foi o mandato de Getúlio Vargas em 1930. Foi criado o Ministério de Educação e Saúde.

9 - Período conhecido na história nacional como “Modelo de Industrialização por Substituição de Importações” cuja origem está diretamente relacionada à Grande Depressão.

10 PRETTI, 1996

11 A implantação da indústria automobilística a partir da segunda metade da década de 50 é considerada a fase mais importante do processo de substituição de importações, pois exige volume elevado de capital, tecnologia avançada e força de trabalho especializada.



em que surgiu a Comissão de Estudos e Planejamento da Radiorfusão Educativa. Sem sobra de dúvidas, esse momento foi resultado das condições objetivas existentes, ou seja, da ampliação e o aperfeiçoamento da infraestrutura, em especial a distribuição de energia elétrica “[...] para aumentar a capacidade de produção, e dos transportes, para colocar os produtos nos centros de consumo e a matéria-prima nos centros produtores”<sup>12</sup>.

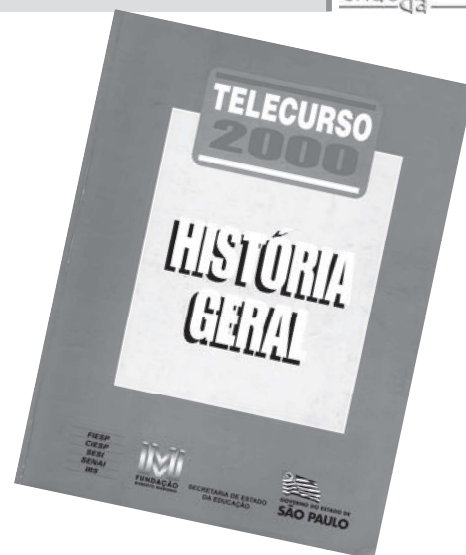
Cabe lembrar que o processo produtivo brasileiro da ocasião tinha como modelo de organização e gestão o chamado “taylorismo”, cujas principais características são racionalização, mecanização, produção em série e forte e nítida cisão entre trabalho intelectual e manual. O trabalho industrial tinha como pressuposto, com base na gerência científica de Taylor, que a execução e o planejamento deveriam realizados por diferentes tipos de trabalhadores, os quais eram qualificados de acordo com as tarefas específicas a serem realizadas. Essa qualificação, com raras exceções, dependia das condições sociais dos indivíduos, da sua inserção de classe. Assim, para a massa de trabalhadores, que apenas exerciam atividades rotineiras e repetitivas, com pouca ou nenhuma escolarização formal, os cursos técnicos significavam uma possibilidade de avanço profissional e pessoal, mesmo que feitos na modalidade a distância, num universo de milhões de analfabetos<sup>13</sup>.

Ao final dos anos 60, com elevado investimento de capital estrangeiro nos setores produtivos mais dinâmicos<sup>14</sup>, houve a introdução de tecnologias avançadas e, com isso, a necessidade de expansão da qualificação profissional para a massa de trabalhadores. O ensino a distância avançou e o advento da instalação da rede de televisão<sup>15</sup> possibilitou várias iniciativas de qualificação profissional: a TV Educativa do Maranhão; a TVE do Ce-

ará com o programa TV escolar, a fundação do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia; o Centro Educacional de Niterói; e o Centro de Ensino Tecnológico de Brasília, que tinha como finalidade qualificar profissionais para empresas, com destaque para o Projeto Acesso, desenvolvido em parceria com a Petrobras<sup>16</sup>.

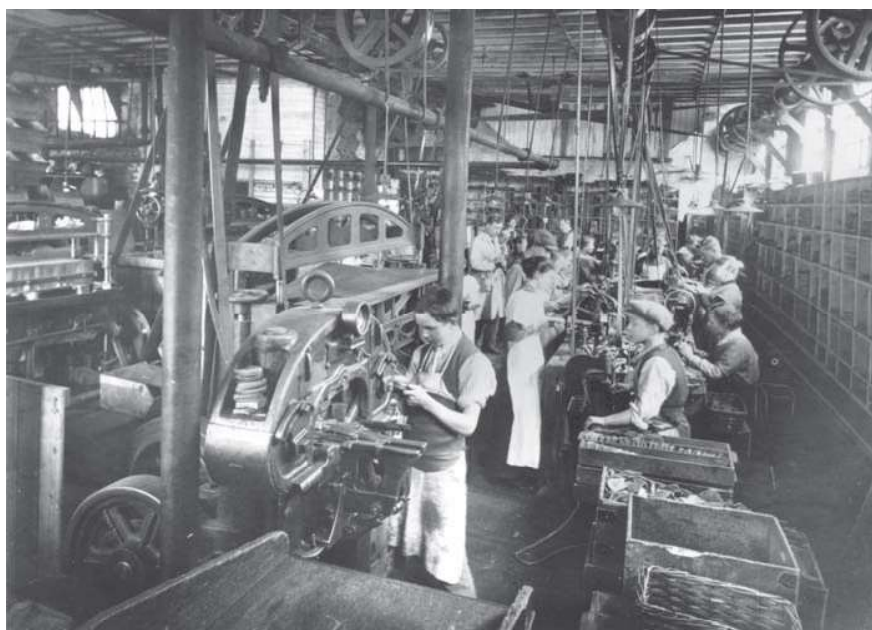
No decorrer dos anos 70, os destaques foram o programa radioeducativo do governo federal chamado Projeto Minerva e o Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI). O primeiro oferecia cursos de primeiro e segundo graus, com o objetivo de ofertar algum tipo de educação aos cidadãos brasileiros que por algum motivo não tinham como frequentar as escolas. O segundo referia-se à formação de professores leigos ofertado via satélite entre 1967 e 1974 no Rio Grande do Norte.

No final da década de 70, a TV Cultura (Fundação Padre Anchieta) em parceria com a TV Globo (Fundação Roberto Marinho) criaram o Telecurso 2º Grau e, posteriormente, o 1º



Grau na década de 80 e o Telecurso 2000, nos anos 90.

No entanto, foi no final da década de 90 que o ensino a distância se consagrou. O avanço da ciência e da tecnologia foi o fator decisivo. De um lado, houve a informatização das telecomunicações, a telemática, em especial após a introdução do chip<sup>17</sup>, o que permitiu a criação das Tecnologias de Informação e Comunicação, as TICs;



12 BRUM, 1987, p. 55

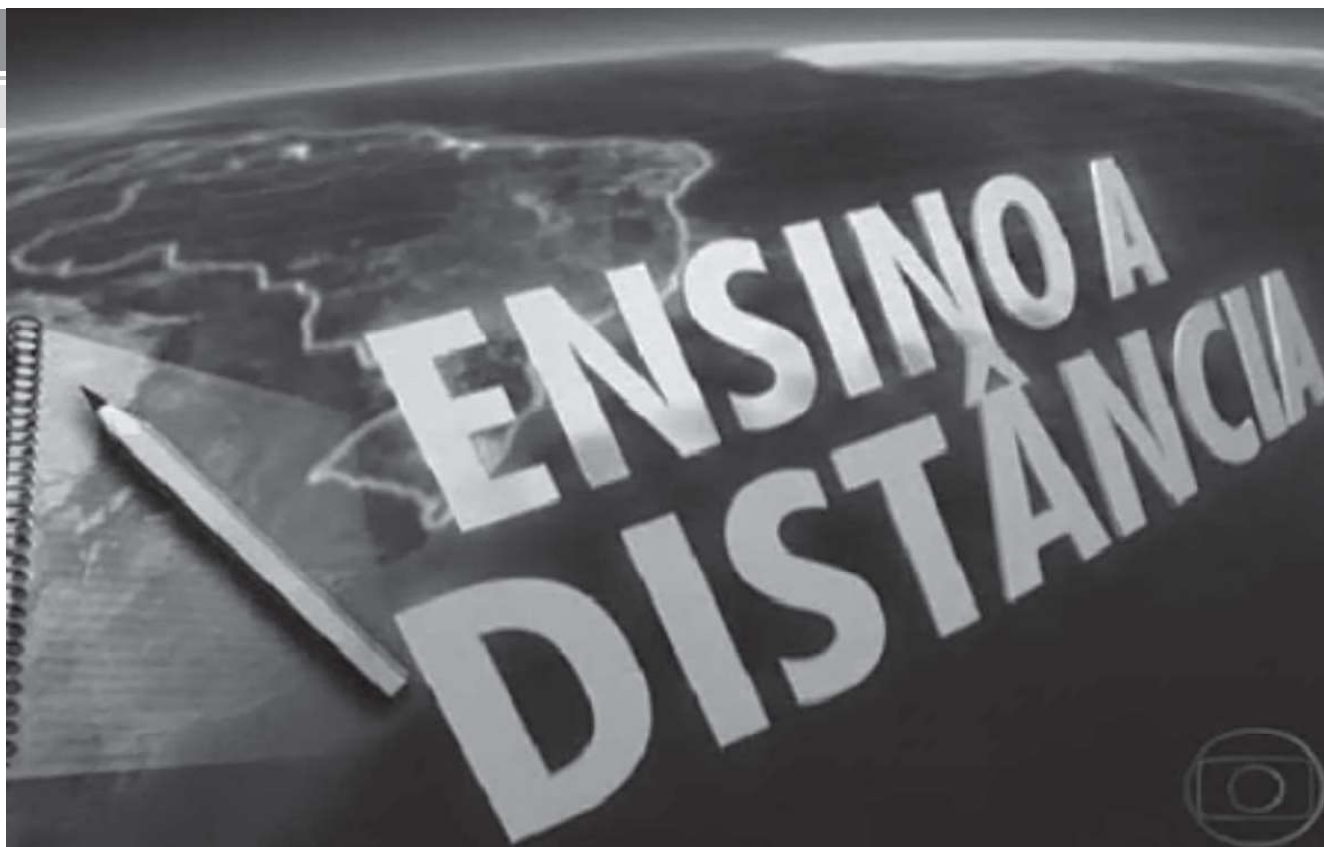
13- De acordo com Instituto Nacional Estatístico do Brasil, ano XXIV de 1963, em 1950 o número de analfabetos era de 15.272.632, o que equivalia a 50,5% da população brasileira. Em 1960 o número passou para 15.815.903, o que equivalia a 39,4% da população.

14 - Na ocasião o Brasil era “[...] a presa cobiçada na estratégica de interesses do capitalismo imperialista monopolista, em face de expansão e consolidação, sob a liderança dos conglomerados norte-americanos” (BRUM, 1987, p. 64)

15 - A televisão no Brasil tem como registro de início a data de 18 de setembro de 1950 trazida por Assis Chateaubriand, que fundou o primeiro canal de televisão no país, a TV Tupi.

16 - ALBERTI, 2008

17 - Circuito eletrônico em miniatura produzido sobre uma chapa de silício, cuja propriedade de condutividade elétrica é capaz de reproduzir a um só tempo a função de vários transistores e outros componentes eletrônicos, bem como realizar os processamentos com maior velocidade e eficiência técnica. (Moreira, 1998)



“

**HÁ UMA GIGANTESCA PROPAGANDA A FAVOR DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL, O QUE EM MUITO CONTRIBUI PARA A EXPANSÃO DESSA MODALIDADE DE ENSINO, EM ESPECIAL PARA O NÍVEL SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO.**

”

por outro, o barateamento das mercadorias possibilitou o uso de micro-computadores em grande escala. Todavia, apesar desses elementos terem viabilizado esse processo, não são as principais causas, pois a Educação a Distância “[...] não deve ser simplesmente confundida como instrumental, com as tecnologias a que recorre”<sup>18</sup>. A razão para tal é relevante e será abordada na sequência.

Desde então, o incentivo ao ensino a distância tem sido gigantesco. Em abril de 2009 ela foi tema de uma série de reportagens promovida pelo Jornal Nacional, que destacou o seu crescimento no Brasil nos últimos anos e a sua expressiva contribuição no processo educacional. As reportagens trouxeram depoimentos de alunos que exaltaram os aspectos positivos e a satisfação pessoal e profissional com a realização de tais cursos.

Uma das matérias da série enfatizava o entusiasmo de uma das entrevistadas, residente em São Paulo que,

uma vez por semana, sem sair do país, estudava na Universidade de Harvard, uma das mais tradicionais dos Estados Unidos e internacionalmente reconhecida. A entrevistada relatou a importância de poder trabalhar e, em qualquer lugar do Brasil, estar conectada nos momentos da aula. Enfatizou ainda que cursar aqui no país é “muito mais barato” do que presencial lá, em razão dos custos de transporte, moradia e hospedagem.

A reportagem enalteceu o fato do professor do curso de especialização em políticas educacionais estar a 8 mil quilômetros de distância e ser capaz de ministrar aulas em inglês, as quais são transmitidas via internet para alunos de sete países que debatem os conteúdos via “chat” em tempo real.

Outro entrevistado, que realizava pós-graduação em administração de empresas, gerente de desenvolvimento de produtos, destacou como aspecto relevante a utilização de todos

os minutos disponíveis de seu tempo para aprender, pois podia transformar qualquer lugar em sala de aula.

Como se pode perceber pela matéria, há uma gigantesca propaganda a favor do ensino a distância no Brasil, o que em muito contribui para a expansão dessa modalidade de ensino, em especial para o nível superior e pós-graduação.

Segundo dados oficiais do Censo da Educação Superior de 2006/INEP a oferta de cursos superiores no Brasil entre 2003 e 2006 cresceu 571%. Um outro levantamento, de 2007, mostra que o número de alunos avançou 356% em três anos. Dados da mesma fonte informam que 73% desses cursos são ofertados em escolas particulares. Como não poderia deixar de ser, neste contingente encontram-se, também, cursos de graduação na modalidade a distância.

Apesar da maioria dos cursos a distância atualmente serem ofertados em instituições privadas, após muita

18 - PRETTI, 1996, p. 7

polêmica e alguma resistência, as universidades públicas federais e estaduais passaram a ofertar esses cursos. Sobre este aspecto, a mesma reportagem destaca que:

Demorou, mas a maior universidade do país, fundada há 75 anos, se rendeu à Educação a Distância. Depois de seis anos de ensaio, a USP estreia na modalidade com um curso de graduação para formar professores de ciências, uma área carente de profissionais qualificados. Em laboratórios, todos os sábados, eles vão pôr em prática o que aprenderem pelo computador. Na primeira turma serão 360 alunos, gente que não teria como se deslocar todos os dias até a universidade. “É uma universidade de peso como a universidade de São Paulo dizer o seguinte: ‘Olha, o ensino a distância é importante, nós temos que encarar’. [...] Na pós-graduação a distância a USP já tem experiência. Só a escola de engenharia formou mais de 500 pessoas<sup>19</sup>.

A mesma reportagem lembrou que a Educação a Distância exige disciplina, iniciativa e autonomia, o que justificaria a faixa etária de seus alunos ser mais elevada do que nos cursos presenciais. De acordo a Associação Brasileira de Educação a Distância, também entrevistada, houve um levantamento em 140 instituições que oferecem EaD e este apontou que apenas 22% dos estudantes estão abaixo dos 24 anos de idade. Para o presidente da referida associação isto ocorre porque o aluno dessa modalidade de curso é mais maduro, determinado e reconhece a importância de ter um diploma.

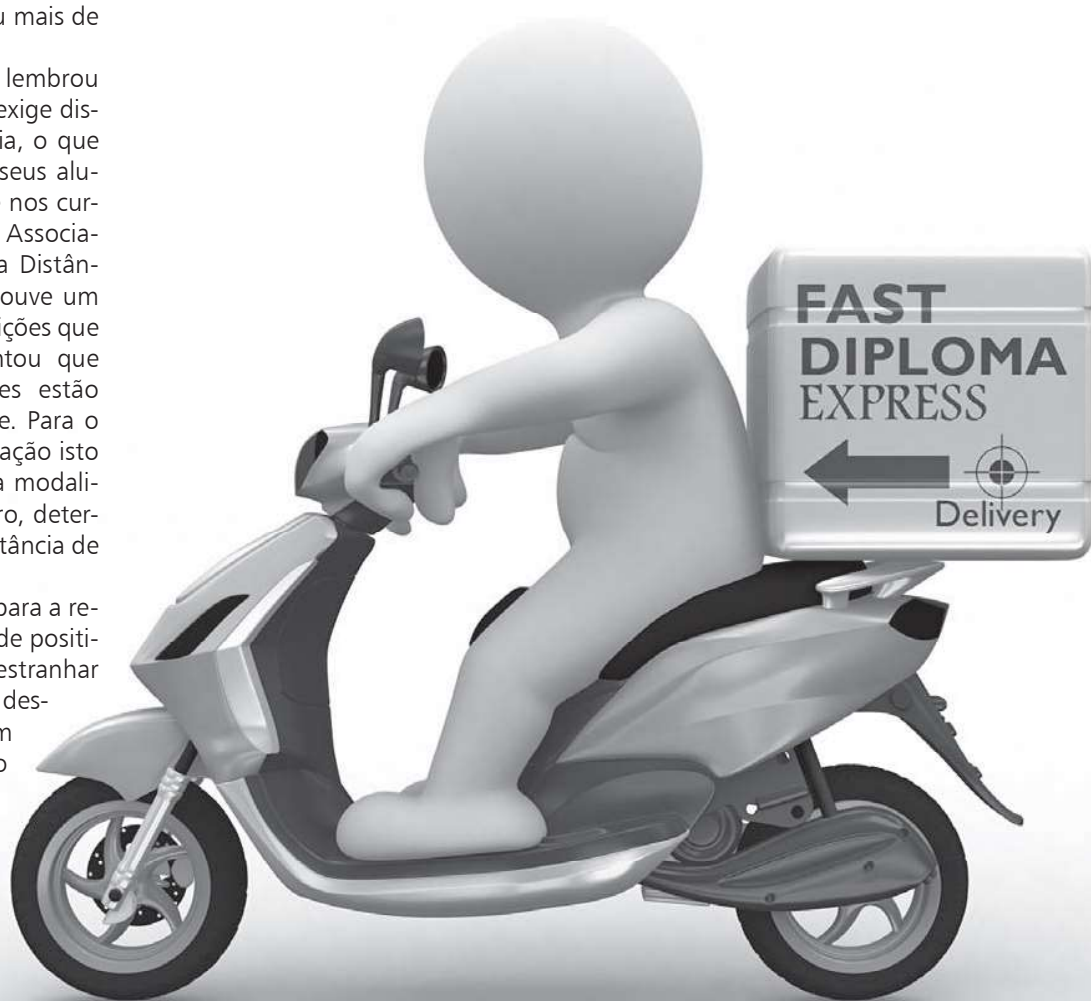
Como se pode perceber, para a reportagem a EaD seria plena de positivities. Logo, não é de se estranhar os dados oficiais divulgados dessa modalidade de ensino em 2009: 760.599 alunos estão matriculados, apesar de cerca de 1.300 instituições privadas tenham sido fechadas devido à falta de estrutura.

Contudo, existem pesquisas acadêmicas que apontam as deficiências e contradições de tais cursos, a começar pela sua concepção pragmatista, imediatista e tecnicista, principalmente no que diz respeito à formação de professores, a exemplo de Scheibe<sup>20</sup>, Shiroma<sup>21</sup>, Alberti<sup>22</sup>. Esses estudos apontam o aligeiramento e superficialidade dos conteúdos apresentados, o papel secundário dos tutores, as avaliações como meras atribuições de notas, a falta de infraestrutura adequada para a interação professor-aluno, o que leva a crer que o diploma pode ser uma mercadoria obtida com o pagamento de razoáveis prestações mensais.

Há também quem aponte essa modalidade como uma política educacional para compensar a falta de cursos regulares e de qualidade:

O seu uso na substituição aos cursos presenciais e não como complementar a estes não atende aos princípios de formação construídos pelo movimento de educadores brasileiros. Mais grave ainda é o fato de que no Brasil a Educação a Distância é utilizada tendencialmente para suprir a ausência da falta de cursos de formação inicial a uma determinada “clientela” apresentando-se dessa forma como uma política compensatória<sup>23</sup>.

Todavia, e como afirmado anteriormente, o revigoramento e a ascensão da EaD a partir do final dos anos 90 não podem ser analisadas em si mesmas, muito menos como uma mera consequência do avanço da ciência e da tecnologia aplicadas ao setor educacional. É preciso ter a clareza de que a EaD só pode ser apreendida como parte das políticas edu-



19 Jornal Nacional, 2009

20 SCHEIBE, 2006

21 SHIROMA, 2000

22 ALBERTI (2008)

23 MAUÉS; BAZZO, apud Scheibe, 2006, p.7

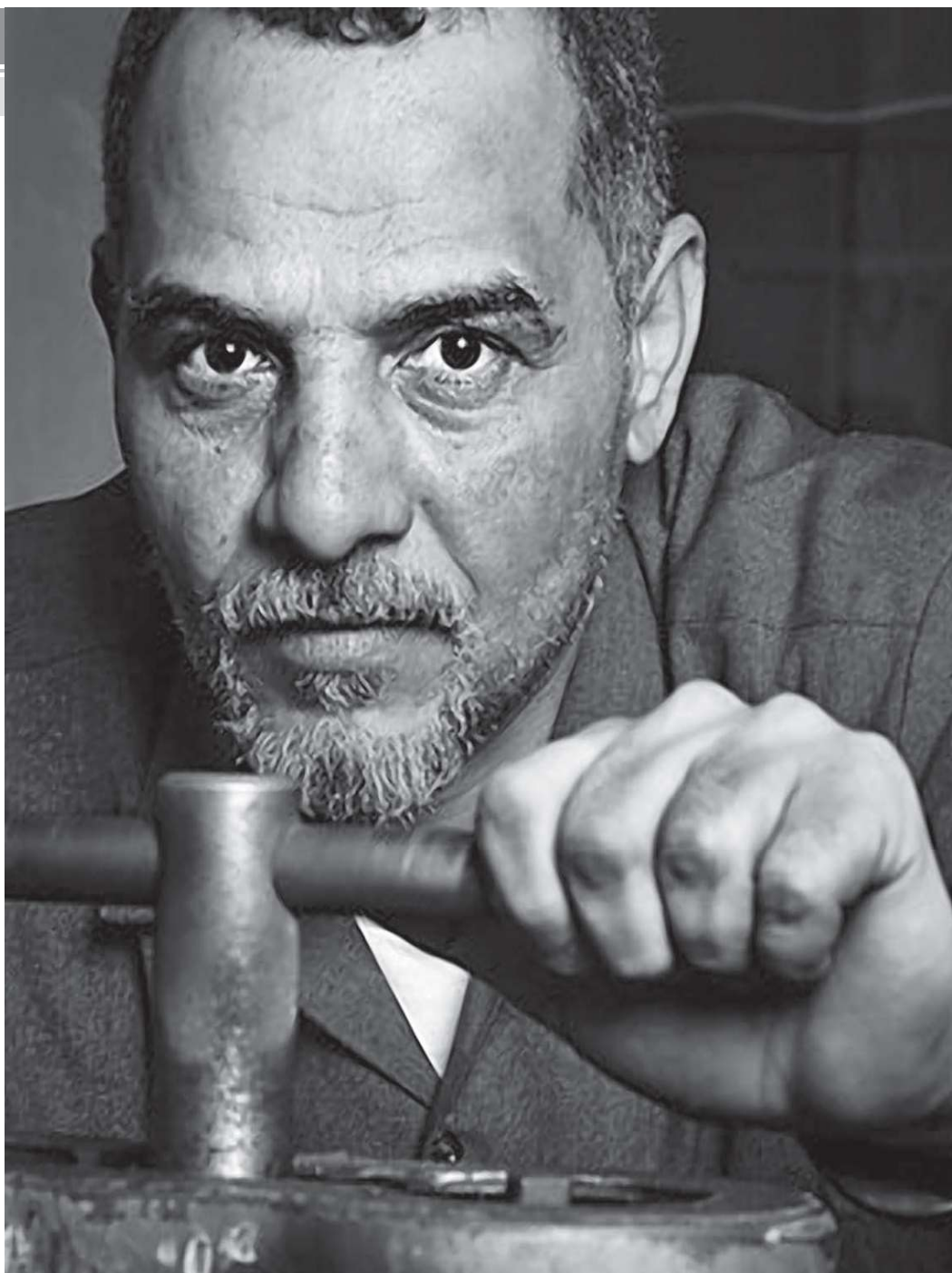


cacionais vigentes e que estas, por sua vez, estão articuladas às relações sociais de produção desenvolvidas por um coletivo em determinado contexto histórico, ou em outros termos, relacionadas ao grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma coletividade. Elucidar a conformação das políticas educacionais vigentes é o objetivo da próxima seção.

### **AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VIGENTES E A PERTINÊNCIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

A centralidade da educação há muito é objeto de análise e debates nas mais distintas áreas de conhecimento e fóruns sociais, independente de concepção ideológica, religiosa ou partidária de seus integrantes. A importância da educação é soprada “aos quatro cantos do mundo” sem maiores reflexões:

Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais de paz, da liberdade e da justiça social. [...] Não como um “remédio milagroso”, não como um “abre-te sésamo” de um mundo que atingiu a realização de todos os seus ideais, mas entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza ao desenvolvimento



“

**DELORS PROPAGA A IDÉIA DA NECESSIDADE DE UM ENFOQUE HUMANITÁRIO NA EDUCAÇÃO, O QUAL SERIA O PRINCIPAL ASPECTO NA CONSTRUÇÃO DE PESSOAS MELHORES DO PONTO DE VISTA INTELLECTUAL, AFETIVO E SOCIAL, DESCONSIDERANDO QUE OS PROBLEMAS SOCIAIS SÃO RESULTANTES DAS ESTRUTURAS DE CLASSES E NÃO PODEM SER RESOLVIDAS NO PROCESSO EDUCACIONAL**

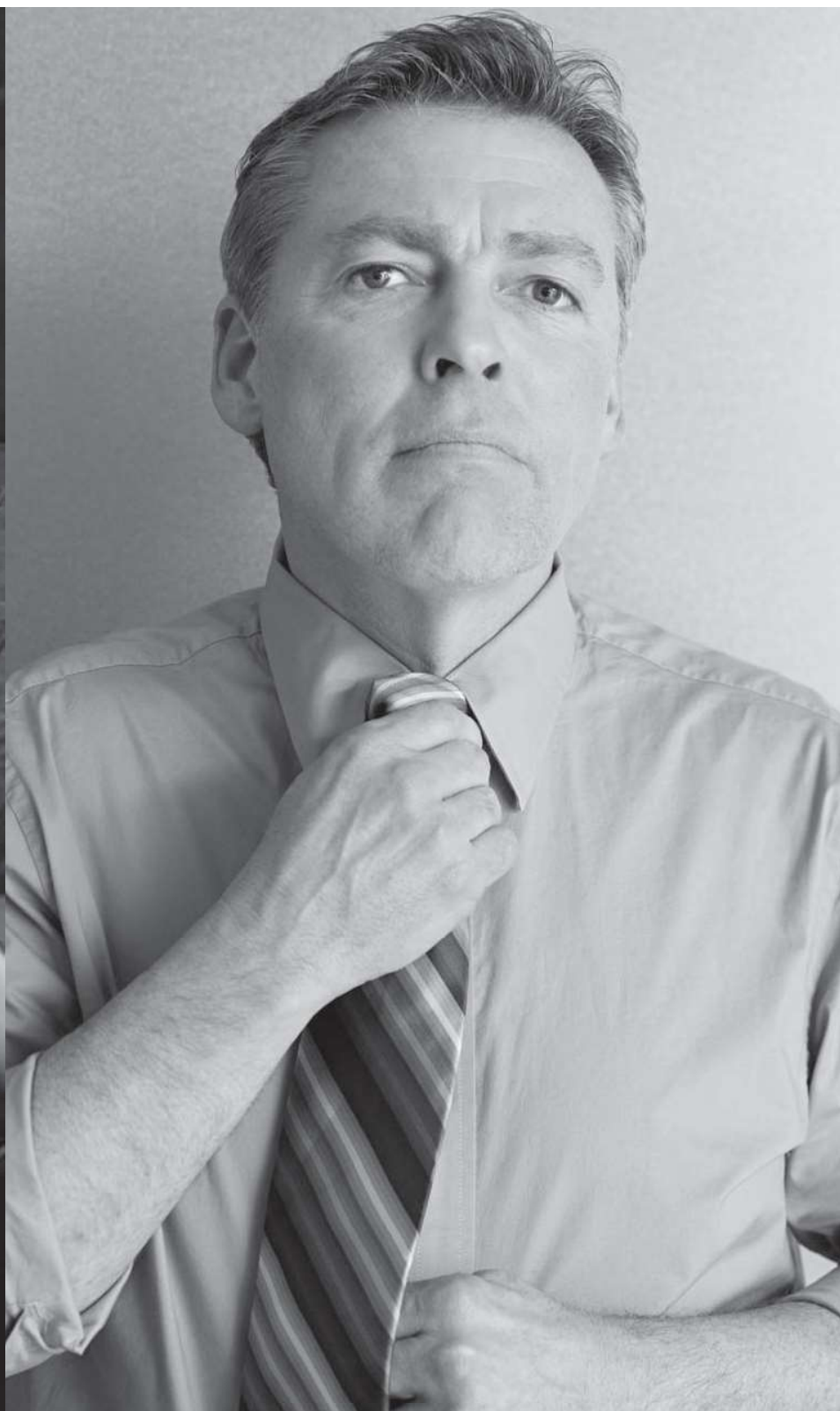
”

humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras ...”<sup>24</sup>  
(Grifo nosso)

Assim, e sem maiores elementos para a compreensão filosófica acerca da imprescindibilidade atribuída à educação na atual fase histórica, este texto, início do célebre Relatório Ja-

24 Delors, 2006, p.11





ques Delors, propaga a idéia da necessidade de um enfoque humanitário na educação, o qual seria o principal aspecto na construção de pessoas melhores do ponto de vista intelectual, afetivo e social, desconsiderando que os problemas sociais são resultantes das estruturas de classes e não podem ser resolvidas no processo educacional.

Assim, apesar de comovente e até certo ponto convincente, a retórica em questão tem como verdadeira intenção velar a cruel realidade existencial do atual estágio do modo de produção capitalista, no qual as condições decentes de sobrevivência são cada vez menores para a maioria da população, em especial àquelas dos chamados países em desenvolvi-

to e subdesenvolvidos com altos índices de desemprego, pobreza e ainda com pessoas carentes de alfabetização.

Contudo, apesar do insistente discurso, cada vez mais rebuscado sobre a centralidade da educação, ele, em si, seria insuficiente para fazer com que a sociedade se organizasse espontaneamente de acordo com as atuais necessidades do modo de produção capitalista, cuja essência consiste na acumulação de mais-valia. Por tais motivos, foi necessária a reestruturação do processo produtivo e, conseqüentemente, uma ampla reforma institucional que atingiu todos os setores produtivos e administrativos.

No Brasil essas "providências" em favor da acumulação capitalista culminaram numa grande reforma institucional, realizada a partir da década de 90. As análises críticas sobre a questão apontam que o acontecimento relevante na investida do capital em torno da educação, a fim de preparar o trabalhador de forma condizente com a atual fase de acumulação, foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia<sup>25</sup>, organizada pelas agências multilaterais, que reuniu uma comissão de especialistas de todo o mundo para refletir e deliberar sobre os caminhos da educação para o século XXI.

O referido encontro, com representantes de praticamente todos os países, tinha como orientação os últimos paradigmas do mundo do trabalho resultantes da nova forma de acumulação que passou a ter por base o uso intensivo e progressivo da fusão entre a informática e da microeletrônica, necessitando força de trabalho compatível. De acordo com Deluiz<sup>26</sup>, o novo tipo de trabalhador estava definido no "Modelo das Competências Profissionais, cujos princípios expressam as preocupações empresariais com a crise estrutural do modo de produção capitalista que se instalou nos países centrais no início da década de 70 e tinha como finalidade definir critérios para "[...] racional-

25 - De acordo com Nora Krawczyk, em A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina, as reformas nos diferentes países iniciaram-se no quadro dos compromissos assumidos na referida conferência, na qual a educação voltou a fazer parte das agendas nacionais e internacionais como tema central das reformas políticas e econômicas. (Krawczyk, 2000, p.3)

26 - Deluiz, 1995

zar, otimizar e adequar a força de trabalho face às demandas do sistema produtivo”<sup>27</sup>.

Assim, a partir da estreita relação entre educação e trabalho<sup>28</sup>, a Conferência Mundial de Educação para Todos foi uma necessidade histórica da burguesia internacional e seguiu os pressupostos elaborados pelos mesmos que, mais do que nunca, vincularam a educação ao mercado competitivo e globalizado. Ou seja, garantiu a proximidade da escola das necessidades empresariais.

O governo brasileiro, subordinado aos capitais internacionais e suas respectivas agências multilaterais, dos quais depende de financiamentos para os projetos educacionais, deu início a um processo que denominou de “[...] modernização da educação que implicou mudanças importantes nos modos de gestão do sistema e das escolas, nos conteúdos, nas formas de financiamento, na estrutura acadêmica e no conjunto de princípios e valores que orientam o dever ser educativo [...]”<sup>29</sup>.

Apesar das polêmicas e resistências, as reformas educacionais de cunho capitalista tiveram seu início com a promulgação da Lei de Diretri-

zes e Bases da Educação Nacional em 1996 (Lei 9.394/96), conhecida como a nova LDB. No decorrer dos seus parágrafos, por várias vezes, destacam-se a importância da ciência e da tecnologia. Entretanto, essa mesma lei possibilitou a eliminação do chamado “currículo mínimo” e a flexibilização das grades curriculares, seu principal enfoque. Além dessas duas questões, criou os Institutos de Ensino Superior (IES) para formar professores para os ensinos fundamental e médio de forma rápida e sem a exigência de vínculo com as universidades, possibilitou a prática docente a qualquer profissional mediante treinamento; acabou com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; criou os cursos sequenciais por área de conhecimento; instituiu a possibilidade de universidades por campo de saber. Viabilizou a modalidade de EaD para as graduações.

A análise crítica de tais questões articulada às mudanças ocorridas do mundo do trabalho evidencia, entretanto, que a preocupação central da referida reforma estava em adequar o processo educacional à empregabilidade possível em decorrência das inúmeras e substantivas alterações ocor-

ridas nas relações materiais e sociais de produção, pois a incorporação da microeletrônica e da informática, sob a lógica do lucro, diminuiu drasticamente os postos de trabalho.

Portanto, a redação da legislação em vigor não deixa dúvidas quanto à sua raiz: as orientações das agências multilaterais, sob a égide do sistema capitalista, que financiaram a Conferência Mundial de Educação para Todos, adequando a educação às exigências da reestruturação produtiva e ao mercado globalizado.

Assim, mesmo com a intensificação da ciência e da tecnologia, bem como da exigência de profissionais altamente qualificados frente à complexidade das forças produtivas, flexibilizou-se o processo educacional por meio de vários mecanismos, tais como a orientação de encurtamento do tempo em sala de aula, a ampliação da possibilidade de atividades complementares para a integralização curricular, a diminuição das exigências nos processos avaliativos, bem como a expansão da EaD. Houve, então, a falsa percepção de que o empenho destas mudanças estaria na viabilização da vida dos alunos diante das suas necessidades imediatas para



27 - DELUIZ, 1995, p.1

28 - Importante frisar que esta relação é sempre mediada por múltiplos fatores, o que dificulta em muito a percepção de sua realidade concreta.

29- TIRAMONTI, 2000, p.118

uma melhor inserção ao mercado de trabalho.

A reforma educacional instituída, que à primeira vista aparenta ser uma melhoria em todos os níveis de ensino, mas oculta sua real intencionalidade, foi o passo mais importante para as implementações que vieram na sequência, pois além de torná-la legal, impregnava-a com ares de imprescindibilidade.

O setor privado, ao perceber que a reforma educacional possibilitou a flexibilização do ensino e tornou a educação uma mercadoria ainda mais interessante, ampliou a oferta de seus serviços.

Um desses serviços ofertado com sucesso tem sido a EaD. Por meio da Lei 9.394/96, artigos 80 e 87, com o Decreto 2.494/98, posteriormente o Decreto 5.622/05, a Portaria 4.361/04, a EaD foi expandida por todas as áreas de conhecimento e em todos os níveis. Pode, portanto, ser oferecida na Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, na Educação Especial, na educação profissional (técnicos de nível médio e superior), na Educação Superior, em cursos sequenciais, especializações, mestrados e doutorados.

São cursos mais rápidos, mais baratos, enfim, flexíveis, tal e qual a legislação em vigor recomenda, porém com rótulo de avanço educacional:

Enquanto discurso oficial, a EaD é considerada como uma possibilidade de garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação de qualidade a todos os que, por qualquer motivo, possam estar arredados do ensino presencial, no tempo considerado útil pelo atual sistema de ensino<sup>30</sup>.

Feitas estas considerações acerca das políticas educacionais que viabilizaram a expansão da Educação a Distância nas duas últimas décadas, necessário se faz esclarecer as bases e sua pertinência na atual fase da acumulação capitalista.

### **AS BASES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ATUAL CONTEXTO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL**

Como foi visto até aqui, a Educação a Distância é uma modalidade

**“ A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA É UMA MODALIDADE PRATICADA HÁ MUITO TEMPO DE ACORDO COM DIFERENTES CONTEXTOS. CONTUDO, FOI REVIGORADA E CONSAGRADA A PARTIR DAS REFORMAS EDUCACIONAIS DOS ANOS 90, POSSIBILITADA PELO AVANÇO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. ”**

praticada há muito, de acordo com diferentes contextos. Contudo, foi revigorada e consagrada a partir das reformas educacionais dos anos 90, possibilitada pelo avanço da ciência e da tecnologia. Destacou-se ainda o

discurso oficial, de viabilidade e qualidade, a incentivar essa modalidade de ensino.

Importa, pois, compreender suas bases e sua pertinência, uma vez que pesquisas indicam a péssima qualida-

30 -ALBERTI, 2008, p.53





de de alguns cursos, em especial a formação de professores, fenômeno contraditório ao discurso sobre a centralidade da educação e ao avanço tecnológico que requer indivíduos com maior qualificação profissional e desempenho pessoal. Vale lembrar

que muitos cursos regulares padecem dos mesmos males.

A primeira questão a ser retomada, já mencionada anteriormente, é a configuração da principal forma de organização social vigente: o modo de produção capitalista, com sua na-

tureza contraditória, no qual a reprodução da vida se dá por meio da produção de mercadorias. Logo, é fundamental compreender a relação entre a qualificação dos trabalhadores e a acumulação capitalista, que só pode existir por meio da extração da mais-valia, parcela de trabalho não pago.

A partir desse pressuposto, a análise das relações sociais capitalistas aponta que a mercadoria, forma elementar da riqueza, possui um caráter fetichista, encobrindo a essência predatória do capitalismo ao impossibilitar a percepção de que o trabalho social é transformado em trabalho alienado, e enriquece o proprietário dos meios de produção na razão direta em que reduz a dimensão humana do trabalhador<sup>31</sup>.

Todavia, uma mercadoria no capitalismo, que constitui uma relação social, só interessa se possuir tanto valor de uso como valor de troca, pois é no ato da troca que o capitalista se apropria da parte de trabalho realizada pelo operário que não foi devidamente pago, a mais-valia, o único elemento capaz de valorizar o capital. Porém, para produzir uma mercadoria um trabalhador deve ter a preparação necessária, o que tem um custo para o capitalista, inserido no salário.

Em *O Capital*, Marx percorreu um longo caminho analítico para desvelar que a luta dos capitalistas para conseguir o aumento da "mais-valia" não se limita a simplesmente comprar a força de trabalho abaixo do seu valor<sup>32</sup>; tampouco é possível somente aumentar a jornada de trabalho, porque há um limite que não pode ser ultrapassado, pois não há como impedir a exaustão e o desgaste físico do trabalhador. Demonstrou, então, que se faz imprescindível aumentar a força produtiva do trabalho, isto é, criar alterações no processo de produção de mercadorias que possibilitem a redução do tempo de trabalho socialmente necessário. Como resultado, mesmo que não planejado, reduz-se o valor da força de trabalho dos ramos que constituem os meios de subsistência do trabalha-

31 - Para Marx o trabalho humano possui uma dimensão ontológica: "Antes de tudo o trabalho é um processo entre o homem e a natureza [...]" (Marx, 1998, p. 142). Porém, ao explicar sobre "Processo de Trabalho e Processo de Valorização", esclarece que esta é uma forma genérica, insuficiente para compreender a forma social do capital e seus elementos constitutivos.

32 - FRIGOTTO, 1984, p.81

dor (um deles a qualificação do trabalhador) e, desta forma, diminui-se o salário e o acúmulo de mais-valia é obtido.

Marx preocupou-se em diferenciar a “mais-valia absoluta” da “mais-valia relativa”. A primeira justamente por ser obtida por meio do prolongamento da jornada de trabalho, tal como afirmado: inviabiliza-se pela existência de limitação do dispêndio de energia pelo organismo do trabalhador, quer execute trabalho simples ou altamente qualificado; portanto, tornou-se insuficiente perante a crescente concorrência capitalista. A segunda, relativa aos dois componentes da jornada de trabalho, trabalho necessário e mais-trabalho, consiste na redução do primeiro, isto é, do tempo de trabalho social necessário, o qual diminui na razão direta do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, enquanto o valor das mercadorias cai na razão inversa do seu desenvolvimento<sup>33</sup>.

Para demonstrar a necessidade do capitalismo para além da obtenção da mais-valia absoluta, Marx, a partir do Capítulo XI, analisou as fases de organização e gestão do processo de trabalho iniciando pela sua forma mais simples, a cooperação, até o que havia de mais complexo na sua época: a maquinaria da grande indústria.

Embora o objetivo de Marx não estivesse em analisar os processos de organização e gestão do trabalho, valeu-se de tal prerrogativa para demonstrar que o capital criou formas para manter o seu movimento incessante de acumulação. Ao procurar produzir cada vez maior quantidade de mercadorias com o menor tempo possível, diminuiu continuamente o tempo de trabalho socialmente ne-

cessário e, conseqüentemente, o valor da própria força de trabalho<sup>34</sup> que, como qualquer outra mercadoria, “[...] é determinado pelo tempo trabalho de necessário à produção, portanto também reprodução desse artigo específico”<sup>35</sup>.

Esse barateamento da força de trabalho não excluiu os trabalhadores que exercem trabalho complexo; muito pelo contrário, pois são estes os mais dispendiosos. A esse respeito, Rubin<sup>36</sup> esclarece que a produção de mercadorias tem dois tipos de trabalho: simples e qualificado. Para o autor, o primeiro consiste na capacidade física inerente a todos os indivíduos, sem a necessidade especial de educação. O segundo, o trabalho qualificado, complexo, requer “uma aprendizagem mais longa ou profissional”<sup>37</sup> e, portanto, se expressa de duas formas “no maior valor dos produtos produzidos pelo trabalho qualificado e no maior valor da força de trabalho qualificada”<sup>38</sup>.

Portanto, o fenômeno de barateamento e enxugamento dos salários é uma construção sócio-histórica relacionada com o papel da ciência no capitalismo e, ainda, com o processo educacional.

Assim, embora na primeira fase do capitalismo, isto é, na cooperação, aparentemente não tenha ocorrido modificação substantiva no modo de trabalho do indivíduo, que utilizava suas ferramentas para realizar seu trabalho manual e ainda possuía as condições de controle intelectual da mercadoria que produzia, numa análise mais apurada, percebem-se mudanças qualitativas<sup>39</sup>. O gerenciamento capitalista do trabalho coletivo para aproveitar melhor os meios de produção possibilitou diminuir a média de trabalho socialmente necessário uma vez que “[...] uma dúzia de pessoas juntas, numa jornada simultânea, proporciona um produto global muito maior do que 12 trabalhadores isolados [...]”<sup>40</sup>.



33 - O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho na qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada de trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. (MARX, 1988, v.1, p.243)

34 - “Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum, de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo necessário à produção da força de trabalho, corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor” (MARX, 1988, v.1, p.137)

35 - MARX, 1988, v.1, p.137

36 - RUBIN, 1980

37 - RUBIN, 1980, p.176

38 - Ibidem

39 - Nas palavras de Marx: “De início a diferença é, portanto, meramente quantitativa” (Marx, 1988, v.1, p.244). Cabe lembrar que existem duas formas de cooperação: a cooperação simples, em que todos fazem o mesmo, isto é, não há divisão do trabalho; e a cooperação com divisão do trabalho, que é a manufatura desenvolvida. A cooperação, como categoria geral, é a base da produção de mais-valia relativa.

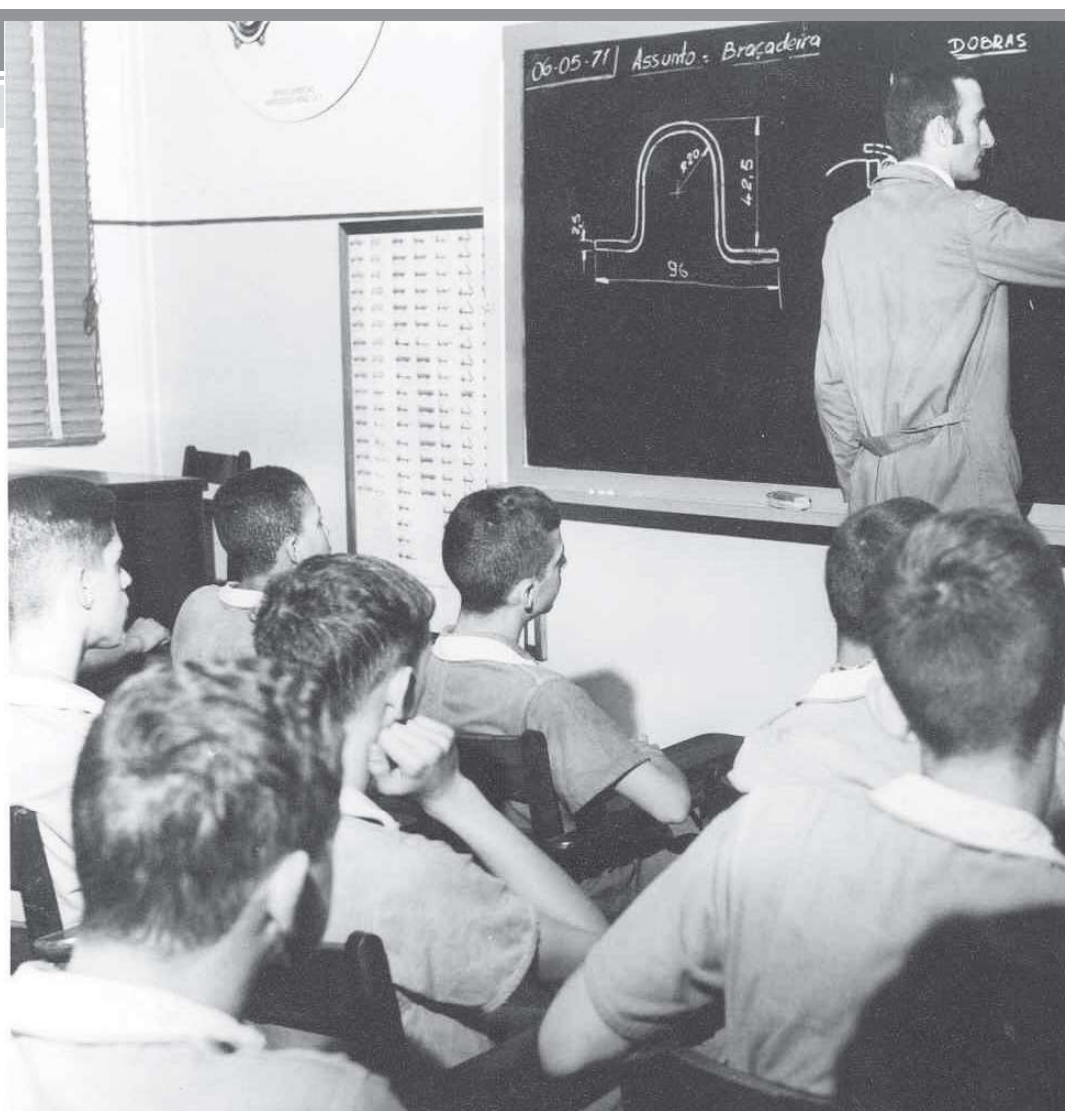
40 - MARX, 1988, v.1, p.247



Foi dado o primeiro passo no sentido da desqualificação técnica do trabalhador<sup>41</sup>, fator que posteriormente possibilitou a diminuição da necessidade de preparação técnica de mesmo nível para todos pelo fato de cindir a unidade do trabalho que é composta por atividades manuais e intelectuais. Todavia, o que o processo de trabalho perdeu em razão dessa cisão foi compensado, pois, ao trabalharem juntos, os trabalhadores geram uma força coletiva de trabalho, que por sua vez aumenta o rendimento individual, por promover uma adição à capacidade do trabalho de cada indivíduo.

A constante, porém insaciável, necessidade de valorização do capital levou à busca do aumento de produtividade e, em consequência, surgiu a manufatura, a qual requer a decomposição de determinada atividade em suas diversas operações parciais<sup>42</sup>. Ao executar apenas uma operação simples, o trabalhador "transforma todo seu corpo em órgão automático unilateral dessa operação e, portanto, necessita para ela menos tempo que o artífice, que executa alternadamente toda uma série de operações"<sup>43</sup>. Por outro lado, a repetição contínua da mesma ação limitada, bem como a concentração de atenção, ensina o trabalhador a atingir o efeito útil com o mínimo de esforço.

Por ser o parcelamento das tarefas a principal característica da organização do trabalho capitalista, a separação entre as atividades intelectuais e manuais foi



“

A APTIDÃO PARA O TRABALHO DOS INDIVÍDUOS PASSOU A SER COM UMA ESCALA DE REFERÊNCIAS QUE OS CLASSIFICA DE HÁBIL PARA DESEMPENHAR SUA ATIVIDADE PROFISSIONAL, O QUE APRENDIZAGEM; E INÁBEIS LIMITANDO-SE-LHES A FUNÇÕES EXECUÇÃO NÃO REQUER PREPARAÇÃO FOR

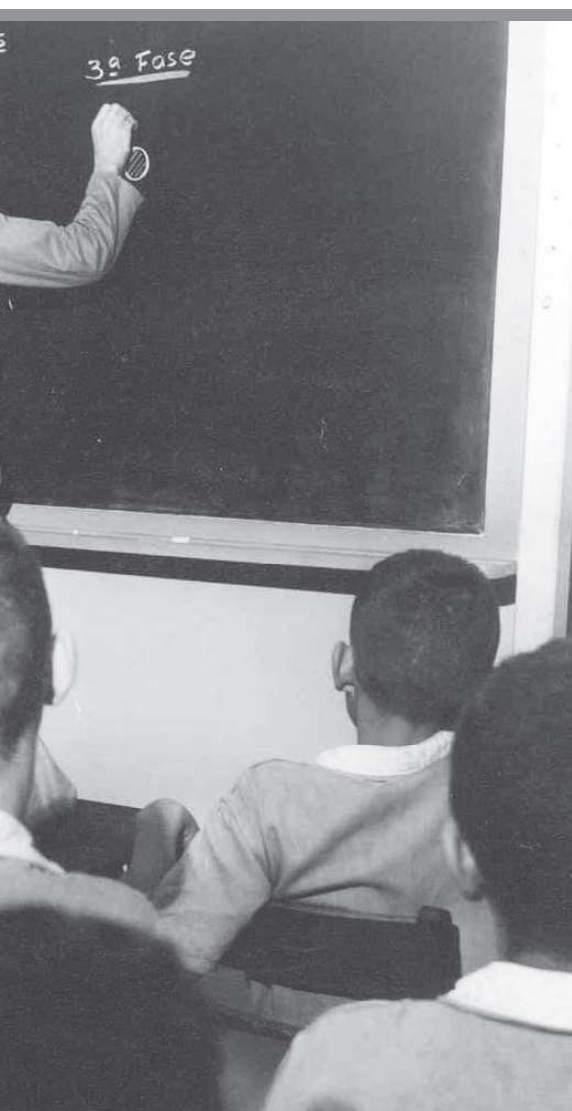
41 - De acordo com o materialismo histórico, a qualificação profissional tem duas dimensões: uma técnica (que prepara para as tarefas intelectuais e manuais) e uma superestrutural, de caráter comportamental, que prepara para a conformação de classe.

42 - De acordo com Marx, a manufatura: introduziu a divisão do trabalho e a desenvolve mais do que na cooperação simples; combina ofícios anteriormente separados; pode ser composta ou simples; todavia, depende da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento de trabalho; cada trabalhador executa uma função parcial, perdendo a noção do processo científico da produção.

43 - MARX, 1988, v.1, p.256.

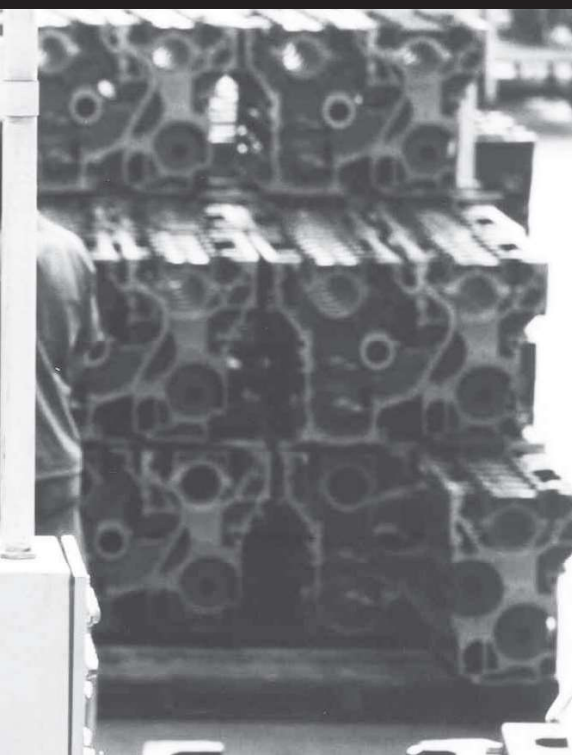






ER CONSIDERADA DE ACORDO  
ÁBEIS, QUE RECEBEM PREPARO  
QUE DEMANDA CUSTOS DE  
DES FRAGMENTADAS, CUJA  
FORMAL.

”



cada vez mais acentuada. Em decorrência, aumentou a diferença entre os trabalhadores mais qualificados e os menos qualificados, ao mesmo tempo em que trouxe a eliminação ou a redução dos custos para com o processo de aprendizagem e, em consequência, uma proporcional desvalorização relativa da força de trabalho.

Com a separação formal entre as atividades intelectuais e manuais houve também a hierarquização da força de trabalho. A aptidão para o trabalho dos indivíduos passou a ser considerada de acordo com uma escala de referências que os classifica de hábeis a inábeis. Os primeiros recebem preparo para o desempenho de sua atividade profissional e desenvolvem alguma forma de habilidade especial, o que demanda custos de aprendizagem. Os segundos limitam-se a funções fragmentadas, cuja execução não requer preparação formal e por isso não há custos. Todavia, mesmo para os considerados hábeis o custo tornou-se cada vez menor uma vez que a partir da divisão manufatureira as atividades foram cada vez mais simplificadas. Os maiores salários são pagos àqueles cuja preparação da força de trabalho demandou maior tempo e maior quantidade de dinheiro, o equivalente geral de todas as mercadorias.

Desta forma, além de aumentar a produtividade e, portanto, aumentar a quantidade produzida com menor custo unitário, ao restringir a compreensão do processo de trabalho na sua totalidade, a divisão manufatureira retirou tanto a possibilidade de autonomia intelectual, como manual da classe trabalhadora.

Por outro lado, necessitou preparar força de trabalho complexa para implementar e criar as máquinas, bem como foi preciso manter, ou mesmo incorporar, alguns poucos trabalhadores com conhecimento e experiência para auxiliar ou substituir o capitalista na sua função de fiscalização do processo de trabalho e controle da massa proletária.

Com a maquinaria e o trabalho fragmentado, cada uma das parcelas da confecção de um produto é reali-

zada sem o conhecimento total do processo de sua elaboração. Desta forma, a classe trabalhadora foi expropriada, tanto dos meios de produção como dos conhecimentos para a elaboração das mercadorias necessárias, ficando cada vez mais subjugada ao capital. O capitalista, ao contrário, não dependia mais, para a acumulação e ampliação de lucros, da habilidade e experiência dos trabalhadores. O capital retirou os principais entraves que lhe eram externos para a produção: “O trabalhador, com sua habilidade, com sua qualificação, não passa mais a ser o limite para o capital”<sup>44</sup>.

Portanto, a dualidade estrutural da educação que qualifica uma minoria com o domínio da ciência e do método científico e uma maioria para tarefas simples que requerem mediana qualificação, contraditoriamente, decorre do próprio avanço tecnocientífico que complexifica o trabalho de poucos e simplifica o trabalho de muitos. Esse fenômeno é produto de longo processo, cujas raízes estão no início da formação da burguesia. Era proclamada a necessidade da escola universal, gratuita e obrigatória, comum a todos, mas de forma distinta, pois “é preciso dar a todos, igualmente, a instrução que é possível ser estendida a todos, mas não recusar a uma parcela dos cidadãos a instrução mais elevada que é impossível fazer aquinhoar à massa ativa dos indivíduos”, escrito no Iluminismo por Condorcet (1792).

Mesmo assim, o discurso sobre a centralidade da educação e sua necessária flexibilização foi paulatinamente incorporado pela sociedade, inclusive por segmentos da esquerda e da academia. Sem as condições para perceber a lógica sociedade capitalista e que o atual desemprego é causado pela forma como se organiza a produção e a distribuição de mercadorias, a maior parte da população, mesmo aquela com maior tempo de escolaridade, não possui elementos suficientes para perceber as incoerências embutidas nas propostas educacionais e suas verdadeiras intenções.

Porém, ao contrário do que possa parecer, não é fácil para os detentores

dos meios de produção e do capital, interessados em resguardar e manter a organização social vigente, zelar pelas bases de sustentação da sociedade capitalista, pois a história tem demonstrado que os processos de ajustes necessários são mediados por conflitos, pressões, resistências dos trabalhadores, suas entidades de representação e mesmo algumas lutas sangrentas.

Assim, ao mesmo tempo em que precisam “educar” a massa de trabalhadores para operarem suas unidades produtivas da melhor forma possível e não danificarem os meios de produção, o que seria uma perda de capital, eles reconhecem a ameaça do conhecimento que contém em si os germes da revolução, há muito destacado por Lênin.

Logo, foi prudente seguir os conselhos de Adam Smith no século XVIII<sup>45</sup>, ou seja, dosar os conhecimentos em doses homeopáticas a fim de que a produção científica produzida fosse devidamente apropriada e resultasse na valorização do capital.

Desta forma, embora a EaD seja um recurso que expressa o alto grau de desenvolvimento social alcançado pela humanidade e que pode trazer grandes benefícios em prol da classe trabalhadora, sua expansão sob a acumulação capitalista tem como finalidade primeira a valorização do capital, ofertada com a qualidade necessária para uma minoria, a exemplo da aluna de São Paulo que faz um curso em Harvard, ao passo que para a massa de trabalhadores cursos aliigeirados e superficiais na lógica “do rapidinho e baratinho”<sup>46</sup>, apesar da sua aparência imediata de modernidade e democracia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

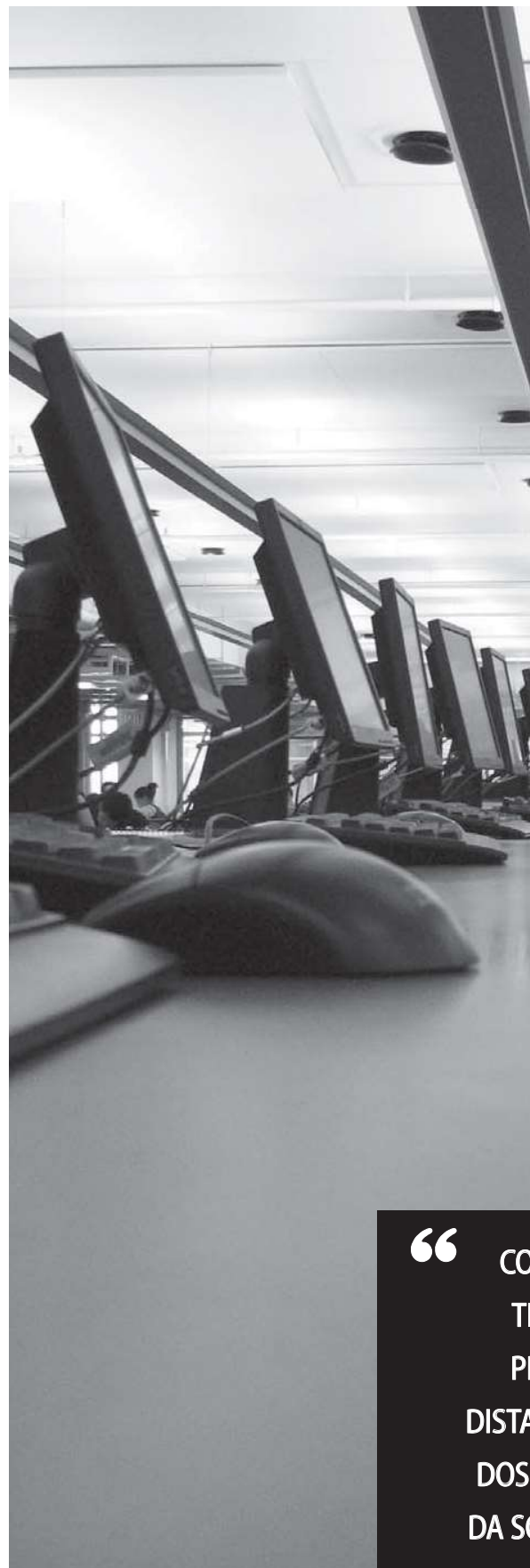
O presente texto procurou evidenciar, à luz do materialismo histórico, que sempre existiu uma forte relação entre a educação e o desenvolvimento das forças produtivas no desenrolar da história da humanidade, razão pelo qual passou por inúmeras e profundas transformações ao longo desse processo.

Embora sem maiores aprofundamentos, buscou-se esclarecer que a

educação formal está articulada à condição social do indivíduo, razão pela qual, a partir da divisão das sociedades em classes, a dualidade estrutural do ensino jamais saiu de cena. Entretanto, com o advento do capitalismo, no qual a desqualificação técnica do trabalhador foi necessária para aumentar a produtividade, os trabalhadores ficaram cada vez mais distantes de uma educação emancipatória, independentemente dos recursos disponíveis para o ato educativo, como no caso da sofisticação tecnológica, que permitiu vencer as barreiras de distância e tempo ao viabilizar a expansão do ensino a distância.

Entretanto, por não ser uma prática imediata, e sim mediada por múltiplos fatores, com muitas contradições, o processo educativo é visto como algo espontâneo e linear, capaz de alcançar melhorias com o empenho pessoal e o passar dos anos. As mediações, que permitem desvelar a realidade concreta para além das suas aparências, são inúmeras e encobertas pela ideologia dominante. Dentre elas estão a divisão técnica e social do trabalho de caráter internacional; o grau alcançado de desenvolvimento das forças produtivas, a apropriação da ciência pelo capital e sua consequente organização e gestão da produção de mercadorias; a reconfiguração do trabalho complexo e a simplificação do trabalho da maioria; a chamada dimensão superestrutural da qualificação que prepara para a inserção de classe; as políticas educacionais neoliberais; o desemprego estrutural; as competências profissionais relativas à atual organização e gestão do processo de trabalho; a alienação da classe trabalhadora, e, sobretudo, a valorização constante do capital que determina todas as demais.

No que diz respeito às contradições, estas também são podem ser apreendidas quando se percebe a lógica da acumulação capitalista. No caso da Educação a Distância é preciso considerar que o mesmo avanço técnico-científico, expresso nas forças produtivas, que possibilitou as TICs, complexificou o trabalho



“

CO  
TI  
PI  
DISTA  
DOS  
DA S  
DI

45 - A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas, escrito em 1776.

46 - KUENZER, 2004



**COM O ADVENTO DO CAPITALISMO, NO QUAL A DESQUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO TRABALHADOR FOI NECESSÁRIA PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE, OS TRABALHADORES FICARAM CADA VEZ MAIS DISTANTES DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA, INDEPENDENTEMENTE DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O ATO EDUCATIVO, COMO NO CASO DA SOFISTICAÇÃO TECNOLÓGICA, QUE PERMITIU VENCER AS BARREIRAS DE DISTÂNCIA E TEMPO AO VIABILIZAR A EXPANSÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA.**

”

da minoria, simplificou a da maioria dos trabalhadores, e o mais grave, deixou a margem milhões de trabalhadores, pois a apropriação da ciência pelo capital tem como finalidade primeira a acumulação de mais-valia e não a educação dos trabalhadores.

Logo, a educação dos trabalhadores, não ocorre aleatoriamente, mas é constituída a partir das questões reais, traduzindo a forma como os indivíduos organizam tanto suas necessidades materiais imediatas, como as suas regras, crenças, valores, convenções, ética, enfim, o que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção<sup>47</sup>.

O mesmo se pode afirmar com relação à conformação da atual política educacional, isto é, a qualificação profissional dos trabalhadores resulta das relações que os seres humanos estabelecem ao produzir as condições de existência, conscientemente ou não, e estão repletas de contradições só percebidas ao se apreender o movimento decorrente dos interesses antagônicos entre os que vendem sua força de trabalho e os detentores de capital.

Assim, acredita-se que tenha sido possível contribuir para desvelar o papel da EaD em tempo de retórica de supervalorização da educação, pois suas contradições apontam a continuidade da existência de uma aprendizagem diferenciada para as distintas classes sociais. Apesar da educação diferenciada não ser exclusiva do capitalismo, nessa forma de organização social, em disputa material e ideológica cada vez mais refinada, há um discurso lapidado e sutil de igualdade e liberdade que encoberta a exploração, a dualidade estrutural do ensino e a polarização das competências: formação erudita e intelectualizada para a elite dominante e uma educação profissionalizante “estratificada” para a venda da força de trabalho, nem sempre formal, para a classe trabalhadora.

Esta situação agrava-se pelo fato de serem ofertados por instituições que mercantilizam a educação, que percebem a necessidade e a vontade de trabalhadores com pouco poder aquisitivo de frequentar uma graduação, muitas vezes privando-se de sa-



tisfazer outras necessidades ao deixar significativa parcela do seu salário para pagar um curso e receber um diploma. Todavia, apesar do diploma, adquirem pouco conhecimento e ficam em desvantagem para disputar as “melhores” vagas no mercado de

trabalho, preenchidas, na maioria das vezes, por aqueles que puderam graduar-se em instituições de reconhecida competência. Nesta perspectiva, não seria abusivo afirmar que significativa parcela da EaD ofertada consiste em mais um caça-níquel dos em-

presários da educação.

Logo, não restam dúvidas de as leis que sustentam as desigualdades do capitalismo também estão presentes nos aspectos relativos à educação, que só poderão ser alteradas numa outra forma de organização social.

### ZINARA MARCET DE ANDRADE NASCIMENTO

graduada em Fisioterapia pela PUC/PR, Mestra em Educação pela UFPR,  
Doutora em Educação pela UFPR

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, E.R. **Política de Formação de Professores mediada pelas tecnologias de informação e comunicação**: Análise do Programa Especial de Capacitação para a Docência no Estado do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, 2008.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Círculo do Livro. Vol. 19, sem data.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior de 2006. Disponível em [http:// www.inep.gov.br/superior/censosuperior/](http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/)
- BRUM, A.J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- DELORS, J.(org) **Educação: um tesouro a descobrir**. 10 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC : UNESCO, 2006.
- DELUIZ, N. **O Modelo das Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação: Implicações para o Currículo**. 1995. Disponível em <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/273/boltec273b.htm>, 28.01.08
- FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.
- Cresce o número de curso superior a distância. Série de Reportagens do JORNAL NACIONAL. Edição de 29 de abril de 2009. Disponível: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais>
- MANACORDA, M.A. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas)
- MARX,K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998
- MOREIRA, R. **A Técnica, o homem e a terceira revolução industrial**. In: KUPSTAS, M. Ciência e Tecnologia em debate. São Paulo: Moderna, 1998.
- PRETTI, O. (org) **Educação à distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: UFTM, 1996.
- RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação Brasileira**. A organização escolar. 8.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
- RUBIN, I.I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SHEIBE, L. Formação de Professores: dilemas da formação inicial à distância. **Revista da Educação Educere et Educare**, Cascavel. V.1, n.2, jul/dez, 2006.
- SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000 (Série O que você precisa saber sobre...)
- TIRAMONTI, G. Após os Anos 90. **Novos eixos de discussão na Política Educacional da América Latina**. In: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M.M.; HADDAD, S. (orgs), **O Cenário Educacional Latino-Americano no Limiar do Século XXI**. Reformas em Debate. Campinas: Autores Associados, 2000.